

A RELAÇÃO DO PROGRAMA PESEBEM COM A DIMINUIÇÃO DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO NA RELAÇÃO ENTRE PRODUTORES E FRIGORÍFICOS DA CADEIA PRODUTIVA DA CARNE BOVINA EM GOIÁS

Douglas Paranaíba de Abreu¹
Alcido Elenor Wander²

RESUMO

O relacionamento entre pecuaristas e frigoríficos tem passado por alterações no campo organizacional. Países emergentes em franco crescimento têm demandado cada vez maiores quantidades de carne bovina brasileira e a exigência de qualidade no mercado internacional vem pressionando a cadeia produtiva a se adequar. Goiás possui o 2º maior rebanho do país e uma intensa e complexa relação entre pecuaristas e frigoríficos, visto como sistema, a cadeia de produção agroindustrial é interdependente, desta forma é necessário que essa importante relação “pecuarista x frigorífico” esteja bem relacionada para que não se perca a capacidade de adaptações. Neste sentido o artigo considera que a criação do programa Pesebem da FAEG é uma ferramenta capaz de minimizar a incerteza e inibir um possível comportamento oportunista por parte dos frigoríficos, conservando o bom relacionamento entre os agentes, auxiliando no aumento de eficiência e competitividade da cadeia e diminuindo custos de transação.

Palavras-chave: Nova Economia Institucional, Programa Pesebem, Oportunismo.

THE RELATIONSHIP OF THE PESEBEM PROGRAM WITH THE REDUCTION OF TRANSACTION COSTS IN THE RELATIONSHIP BETWEEN FARMERS AND SLAUGHTERHOUSES IN GOIÁS

ABSTRACT

The relationship between livestock farmers and slaughterhouses has changed over time. Fast-growing emerging countries have increasingly demanded quantities of Brazilian beef and the demand for quality in the international market has been pushing the supply chain to adapt. Goiás state has the second largest cattle herd in the country and an intense and complex relationship between farmers and slaughterhouses, seen as a system, the agro-industrial production chain is interdependent, so it is necessary that this important relationship "farmer x slaughterhouse" is closely related so that the ability to adapt is not lost. In this sense, the article concludes that the creation of FAEG's Pesebem Program is a tool capable of minimizing the uncertainty and inhibiting possible opportunistic behaviors on the part of the slaughterhouses, maintaining a good relationship between the agents, helping to increase the chain's efficiency and competitiveness and lowering transaction costs.

Keywords: New Institutional Economics, Pesebem Program, Opportunism.

Recebido em 08 de novembro de 2019. Aprovado em 17 de dezembro de 2019.

¹ Economista, Mestre e Doutorando em Agronegócio (UFG). Professor de Economia da Faculdade Araguaia. e-mail: abreu.douglas@gmail.com

² Engenheiro Agrônomo, Mestre e Doutor em Ciências Agrárias com Concentração em Economia Agrícola (University of Goettingen/Alemanha). Pesquisador na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). e-mail: alcido.wander@embrapa.br

INTRODUÇÃO

O relacionamento do produtor de gado com frigoríficos tem passado por alterações no campo organizacional, se fazendo necessária a busca de possíveis soluções para os diversos problemas que esse importante elo da cadeia produtiva bovina possa ter. Tentando agir dentro deste ambiente complexo, na busca de “maior confiança e transparência para os negócios”, a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG) criou o Programa Pesebem, onde, na linha de abate, instala-se uma balança do programa com o intuito de verificar se o peso indicado pela balança do frigorífico se iguala com o registrado pelo Pesebem (FAEG, 2015).

Segundo Ribeiro (2015), o programa Pesebem, ou como também denominado “Balança do produtor”, atende cerca de 1,2 mil pecuaristas espalhados pelo Estado de Goiás em parceria com sete frigoríficos. O programa contém uma equipe de profissionais própria, selecionada e contratada pela FAEG para aferir o volume da carcaça, possui um software nos computadores ligados às balanças desenvolvido exclusivamente para essa finalidade e os equipamentos passam periodicamente por vistorias e aferições do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e da fabricante das balanças (FAEG, 2015). Ao final da pesagem de cada lote autorizado pelo produtor é impresso um relatório com o resultado do peso dos animais e entregue ao pecuarista, o romaneio do Pesebem fica pronto antes do relatório do frigorífico e o produtor pode comparar o desempenho de diferentes lotes em diversos períodos³ (FAEG, 2015).

Para que o produtor possa participar do programa Pesebem, ele deve assinar uma autorização para o acompanhamento da pesagem dos animais, tal documento fica disponível e deve ser entregue na sede da FAEG ou nos Sindicatos Rurais de cada município (ou no mais próximo quando o município não possuir um Sindicato Rural), o produtor também pode baixá-lo da internet. A “balança do produtor” está presente nos municípios de Mozarlândia, Goiânia, Senador Canedo, Mineiros, Santa Fé de Goiás, Palmeiras de Goiás e Porangatu (FAEG, 2015). Na autorização a ser assinada para ingresso do pecuarista ao programa Pesebem, está discriminado que será cobrada uma taxa por animal pesado, independente se houver divergência de peso ou não, sendo que, após comunicação da FAEG com antecedência de 30 dias, a taxa cobrada por pesagem dos animais será corrigida utilizando a variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) medido pelo IBGE.

Goiás detém o 2º maior rebanho bovino do Brasil, com 22,6 milhões de cabeças, o equivalente a 10,6% do total de cabeças do país (IBGE, 2019). De janeiro a setembro de 2019 o estado de Goiás exportou aproximadamente US\$ 681,9 milhões em produtos bovinos, favorecendo os resultados positivos da balança comercial (MDIC, 2019). Em relação à quantidade de frigoríficos no estado, na pesquisa trimestral do abate de animais realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Goiás contava, até junho de 2019, com 15 estabelecimentos sob inspeção sanitária federal, 37 sob inspeção sanitária estadual e 5 sob inspeção sanitária municipal (IBGE, 2019).

Devido grande relevância da produção de bovinos para o Estado de Goiás, bem como para economia brasileira como um todo, este artigo aborda os esforços da FAEG para conter ações oportunistas dos frigoríficos na pesagem e classificação da carne em Goiás e tenta aproximar as características observadas na coordenação da cadeia produtiva bovina em Goiás com a teoria econômica dos custos de transação, focando no elo entre produtores e frigoríficos. O objetivo é de estudar em quais fatores a criação do programa Pesebem contribui como redutor da incerteza e no aumento da eficiência nas transações. Mais especificadamente, focaliza a

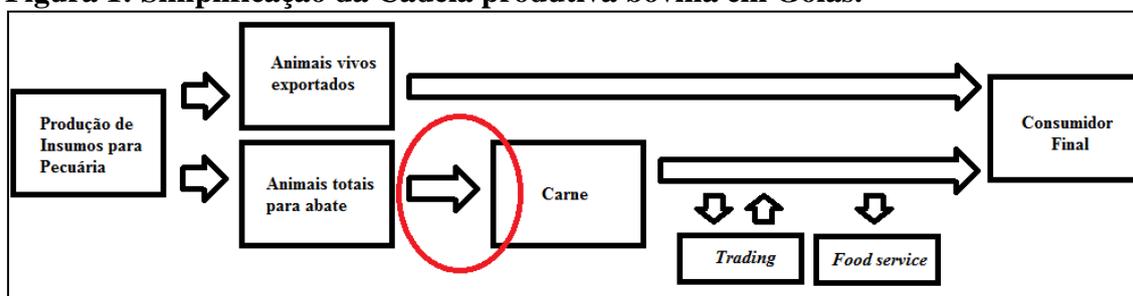
³ Em ligação telefônica no dia 22/11 com o pecuarista e atual presidente da comissão de pecuária de corte da FAEG Maurício Veloso, foi obtida a informação de que não existe nenhum serviço prestado no Brasil que se assemelhe ao Pesebem, o que se tem é uma “assessoria de abate” oferecida por diversos profissionais que acompanham a limpeza da carcaça.

relação de interdependência entre os agentes da cadeia e a importância da minimização do comportamento oportunista por parte dos frigoríficos. Além desta introdução, o artigo está estruturado em mais três partes. A primeira refere-se ao quadro conceitual, apresentando informações de conceitos relevantes para a discussão; a segunda denomina-se Custos de Transação e o programa Pesebem, que irá relacionar a teoria levanta com as características do programa. E, por fim, as considerações finais do trabalho.

MATERIAL E MÉTODOS

A Figura 1 apresenta uma simplificação da cadeia produtiva bovina estruturada no trabalho “Construindo Juntos o Futuro do Agronegócio em Goiás” de Otto et al. (2012), facilitando a identificação do elo a ser estudado, na figura destacado por um círculo. Tal cadeia produtiva é composta por uma série de agentes envolvidos em diversas atividades, tais como: na produção de insumos para pecuária, os pecuaristas, na produção de insumos para indústria, as próprias indústrias, os distribuidores, varejistas e atacadistas etc. (Otto et al., 2012). A produção de bovinos no estado possui patamares elevados e de grande importância para economia goiana, é importante que ações sejam movidas no intuito de minimizar os riscos dos agentes inseridos nessa cadeia. Otto et al. (2012) salientam que o grande número de ofertantes de boi gordo, frente ao número reduzido de compradores, faz com que o poder de barganha do pecuarista com os frigoríficos seja bastante reduzido, visto que existe um aspecto de grande dependência para escoamento da produção para com o frigorífico, fato esse que se revigorou com as recentes consolidações lideradas pelas grandes empresas frigoríficas. Ainda completam: “Para aumentar seu poder de barganha, os pecuaristas precisam se organizar” (p. 68). Tal afirmação reafirma a preocupação na melhor coordenação do elo “produtor frigorífico” e de sua importância.

Figura 1: Simplificação da Cadeia produtiva bovina em Goiás.



Fonte: Elaborado pelos autores. Adaptado de Otto et al. (2012, p. 74-75).

A criação de bovinos, bem como as indústrias ligadas direta ou indiretamente a essa atividade vem sofrendo transformações nas últimas décadas, diversos autores (BUAINAIN; BATALHA, 2007; OTTO et al., 2012; MAPA, 2014; AURÉLIO; SOARES, 2015) entram em consenso ao afirmarem que tais transformações estão principalmente ligadas às pressões de demandas externas, advindas tanto do aumento populacional e ascensão econômica dos países emergentes, quanto no crescente critério de qualidade exigidos pelos produtos, o que acarreta, necessariamente, na obrigatoriedade de exportar mais e melhor. Em 2019 Goiás exportou produtos bovinos para mais de 60 países, inseridos em 10 diferentes blocos econômicos (MDIC, 2019).

Para definição de *agribusiness* como sendo um conjunto de operações de produção, armazenamento, transformação e distribuição de produtos agrícolas, Davis e Goldberg (1957) introduziram o aspecto de dependência inter-setorial dentro de um sistema integrado e, conseqüentemente, surgindo a preocupação de mensurar a intensidade das ligações desse

sistema. Posteriormente Goldberg (1968) desenvolve a noção de *commodity system approach* (CSA) ou “Abordagem do Sistema de Commodities”, que enfoca principalmente a sequência de transformações pelas quais passam os produtos (geralmente ligado a aspectos tecnológicos), desenhando um fluxo desde o produtor de matéria prima até o consumidor final, no entanto, essa definição está ligada a produtos homogêneos, como o próprio termo já sugere - commodities. Em quase mesmo período cronológico, surge na escola de economia industrial francesa o conceito de *filière*, bastante semelhante com as abordagens de CSA, sendo a tradução para o português que mais se aproxima de tal conceito, a palavra “cadeia” (BATALHA, 2007).

Entende-se, então, que *agrobusiness* se refere a quase todo o processo de produção, transformação e escoamento, visto não como algo estático e desconexo, mas sim como uma sequência que liga as várias etapas produtivas, e, não separa mais a indústria do campo ou vice-versa. No entanto, os ambientes são complexos e muitos produtos são heterogêneos, podendo sofrer alterações nos processos, podendo ser influenciados, por exemplo, pela localização geográfica, por determinada cultura local ou disponibilidade tecnológica. Desta forma, Neves (1999) afirma que, como sistema, uma Cadeia de Produção Agroindustrial (CPA) é um fluxo que descreve os agentes envolvidos no processo de transformação de um produto, desde os primeiros fornecedores de insumos (antes da porteira) até os consumidores finais, passando por processamento, distribuição e outras etapas, sistema esse que sofre diversos impactos e modificações das variáveis macroambientais (incontroláveis) e das organizações que interagem entre si. Batalha (2007, p. 13) define uma cadeia de produção agroindustrial a partir da “identificação de determinado produto. Após essa identificação, cabe ir encadeando, de jusante a montante, a várias operações técnicas, comerciais e logísticas necessárias para produção”.

A Nova Economia Institucional (NEI) abrange a Economia dos Custos de Transação (ECT), que foram discutidos inicialmente no artigo pioneiro “*The Nature of the Firm*” de Ronald Coase (1937). Posteriormente, importantes autores têm apresentado grandes contribuições para esta teoria, aplicando-a em diversas áreas da economia. Como Douglass North (1992), que apresenta os custos de transação e as instituições no que tange o desempenho econômico; Yoram Barzel (1997) aplicando tal conceito na análise econômica dos direitos de propriedade; e, o autor que trará para este estudo as principais definições a serem utilizadas, Oliver Williamson (1989), que alude sobre dois importantes pressupostos da NEI, a racionalidade limitada e a busca pelo auto interesse, sendo eles um abono para fraude. Explica: “especificadamente, os agentes econômicos são permitidos a divulgar informação selecionada e de maneira distorcida. Admitisse que calculam esforços para enganar, disfarçar, ofuscar e confundir” (p. 139), esse atributo da busca pelo auto interesse com avidez, ou seja, quando um agente utiliza de informação privilegiada para obter vantagem sobre outro agente é chamado de oportunismo.

A racionalidade limitada é um atributo adotado pela NEI, assume-se que, devido os agentes estarem inseridos em um ambiente complexo e de informação assimétrica, são incapazes de antever todas as situações futuras que influenciarão na execução de seus contratos (WILLIAMSON, 1989). Assim percebe-se que, por definição, todo contrato é incompleto, no campo do direito este assunto é muito bem elucidado na Teoria da Imprevisão (GAGLIANO, 2011). Ainda, segundo o autor, a racionalidade limitada é um agravante, ou precursor, para o comportamento oportunista, pois, em transações realizadas com frequência, os agentes envolvidos podem não perceber que uma possível ação oportunista, sendo ela descoberta pelo(s) outro(s) agente(s), pode gerar a finalização das transações, um comportamento oportunista como resposta ou custos incorridos em precauções para que essa ação oportunista não volte a ocorrer. Os Custos de Transação podem ser divididos em dois momentos, *ex-ante* e *ex-post*. Os custos *ex-ante*, são os custos de preparar, negociar e salvaguardar um acordo, já os custos *ex-post*, são aqueles ocorridos pela necessidade de ajustamento e adaptações quando um

contrato é afetado por falhas, erros, omissões e alterações inesperadas, são então os custos de conduzir as transações no sistema econômico (WILLIAMSON, 1989).

Ao escrever sobre estruturas de governança e coordenação no *agribusiness*, Zylbersztajn (1995) afirma que os sistemas que podem ser considerados mais competitivos, são aqueles que “estão capacitados a obter melhores informações acerca do gosto, hábitos e satisfação dos consumidores, que podem prever as tendências e podem reorganizar as relações contratuais em direção ao novo alvo” (p. 133), e, define eficiência pela “habilidade de diferentes sistemas de agribusiness de se organizarem após um choque externo ou simples mudanças no ambiente” (p. 138). O autor ainda ressalta que a coordenação possui pelo menos duas dimensões a serem consideradas: “A primeira considera os incentivos alocados aos agentes para obter os resultados desejados e a segunda, o monitoramento dos agentes que supostamente realizarão a tarefa” (ZYLBERSZTAJN, 1995, p.137).

Em relação ao comportamento oportunista, Zylbersztajn (1995) afirma que a ECT não considera que todos os agentes agem oportunisticamente todo o tempo, apenas que alguns agentes podem apresentar comportamento oportunista algumas vezes, mas que isso é suficiente para introduzir custos de monitoramento em todos os contratos.

Na teoria dos custos de transação, três elementos fundamentais complementam os pressupostos para que os contratos sejam desenhados no sentido de aumento da eficiência na coordenação dos sistemas de produção, que são: especificidades dos ativos; frequência das transações e grau de incerteza do cumprimento dos contratos (ZYLBERSZTAJN, 1995).

O primeiro alude da importância de se considerar o quanto os ativos são específicos, está relacionado com a facilidade de se encontrar uma mercadoria no mercado ou se esta é mais dificilmente encontrada, ou seja, quanto maior é o caráter de especificidade menor será o número de ofertantes e maior será o nível de dependência do demandante em relação ao ofertante, podendo gerar a situação de refém, na qual o ofertante terá maior poder de barganha, podendo submeter o demandante a preços mais elevados ou então ficar sem a mercadoria. O ativo pode ser classificado em: baixo nível de especificidade, altamente específico, ou então intermediário.

O segundo está relacionado ao nível de frequência das transações, ou seja, se a transação ocorre apenas uma vez, caso este em que o demandante recorre ao ofertante para realização de uma transação, mas sem necessariamente prospectar transações futuras, ou para transações que podem ser recorrentes, para o caso em que o demandante recorre frequentemente ao ofertante para realização de transações, necessárias para seu negócio. Um nível intermediário de frequência é denominado ocasional, quando o demandante recorre ocasionalmente ao ofertante. Novamente esta característica é relevante no sentido que, quanto maior for o nível da frequência nas transações, maior será o grau de dependência do demandante em relação à capacidade de suprir esta demanda por parte do ofertante.

O terceiro está relacionado com o grau de incerteza nas transações. Vilpoux e Oliveira (2010) aludem para o fato de que convenções, que são instituições informais, estabelecidas no ambiente das transações, influenciadas pela cultura, reconhecimento público e elementos da moral e ética, influenciam o grau de incerteza das transações, consequentemente influenciando o custo de transação. As convenções, ou normas de conduta, bem como as instituições legais, as leis, podem reduzir o grau de incerteza, ou seja, se as regras dos contratos (sejam elas formais ou informais) serão cumpridas. Quanto maior é o grau de garantia (através das instituições formais e/ou informais) que as partes possuem em uma transação, de que o contrato será cumprido, menor será o grau de incerteza nas transações.

Este artigo partiu da observação da criação do programa Pesebem da Faeg como ferramenta de coordenação do elo “produtor x frigorífico” da cadeia produtiva bovina em Goiás, no que tange a tentativa de minimizar um possível comportamento oportunista por parte dos frigoríficos, aumentando a transparência na pesagem dos animais. A partir de uma pesquisa

exploratória através de levantamento bibliográfico e documentais, procurou-se encontrar regularidades explicativas da escolha de criação do programa; assim, verificou-se o que a teoria sobre cadeias de produção agroindustriais vista como sistema e os pressupostos da Nova Economia Institucional podem contribuir para esta análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificou-se que os mercados externos estão em acelerado crescimento, não só por um fator de aumento populacional, mas também da renda dos indivíduos. Esse fato constitui desafios e oportunidades para o Brasil, e em particular para Goiás, para se tornar um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, por deter um vasto território e favoráveis aspectos edafoclimáticos. Dentre os diversos produtos exportados pelo estado, a carne bovina se mostra um dos mais demandados, Goiás já envia este produto para vários países e a tendência é de aumento nos volumes demandados e na qualidade exigida, para isso, deve contar não apenas com sua capacidade produtiva, mas também, com sua capacidade de coordenação do sistema produtivo.

A cadeia de produção, vista como um sistema integrado, requer uma intensa relação entre os agentes que nela atuam, sua eficiência e competitividade estão intimamente relacionadas com a capacidade de comunicação e cooperação, podendo assim antecipar possíveis características que irão melhor satisfazer seus consumidores e, diante disso, ter condições de realizar as adaptações necessárias com maior agilidade e a um custo reduzido.

Existe uma relação de dependência por parte do pecuarista em relação ao frigorífico, esse elo é de grande importância, pois é nele que ocorre a passagem da carne como produto do campo para indústria. É razoável considerar que o frigorífico detém maior quantidade de informação do que o pecuarista, desta forma, ele poderia (não necessariamente irá) utilizar dessa informação privilegiada para obter vantagens, caracterizando então um comportamento oportunista. No caso, para estreitar essa afirmação com o objetivo do artigo, poderíamos realizar a seguinte pergunta: qual garantia o pecuarista tem de que o sistema de pesagem que está sendo utilizado em seus animais não detém falhas ou adulterações? Visto que, basta que apenas um caso de erro na pesagem seja evidenciado, para que todos os pecuaristas diminuam seu nível de confiança em todos os frigoríficos.

O bom relacionamento entre pecuaristas e frigoríficos é fundamental para eficiência e competitividade da cadeia, pois, caso exista alguma informação relevante ou alteração necessária a ser realizada, é preciso que haja entre as partes um trabalho conjunto. Este bom relacionamento conduz para criação de convenções, ou seja, normas de conduta (morais e éticas) que impendem possíveis comportamentos oportunistas. No que tange a coordenação dos agentes nesse elo, o monitoramento se faz necessário, para que não haja problemas de desconfiança e, no pior dos casos, interrupção das transações ou ações judiciais.

Devido ao alto grau de frequência nas transações, porém com nível intermediário de especificidade, pode-se afirmar que a criação do programa Pesebem é uma ferramenta que auxilia no processo de coordenação da cadeia produtiva bovina de Goiás, visto que inibe um possível comportamento oportunista dos frigoríficos e garante maior transparência e confiança nas transações, contribuindo para o melhor relacionamento entre as partes e, conseqüentemente, para aumento de eficiência, competitividade e redução dos custos de transação.

A percepção do produtor de um possível aumento nos custos de transação por um comportamento oportunista por parte do frigorífico, incentiva-o a participar do programa. Ademais, a criação da “balança do produtor” inibe um possível desvio na pesagem dos animais por parte dos frigoríficos. A maior percepção da necessidade de melhor cooperação e confiança entre os agentes por parte dos frigoríficos, faz com que não haja problemas na aceitação deste na aferição de peso dos animais pelo Pesebem.

CONCLUSÃO

O presente trabalho, que teve como objetivo estudar em quais fatores a criação do programa Pesebem contribui como redutor de incerteza e no aumento da eficiência das transações, alcançou seus objetivos levantando argumentos favoráveis aos seguintes pontos: o Pesebem auxilia no processo de coordenação da cadeia (sendo executado por um agente externo); inibe possíveis comportamentos oportunistas dos frigoríficos; diminui o grau de incerteza nas transações. Ou seja, contribuindo para um melhor relacionamento entre produtores e frigoríficos, através de uma busca de minimização dos custos de transação, garante ganhos de competitividade e eficiência na cadeia produtiva bovina de Goiás.

O trabalho contribui para a literatura de forma a aproximar a teoria econômica, no escopo teórico da Nova Economia Institucional (NEI) e da Economia dos Custos de Transação (ECT), com as características desse elo da cadeia produtiva bovina goiana. Um dos grandes desafios da NEI é de conseguir mensurar o quanto os modos de governança alternativos conseguem reduzir os custos de transação, assim, propõe-se que pesquisas futuras se orientem nesse sentido, buscando quantificar o quanto a criação do programa Pesebem consegue reduzir nos custos de transação.

REFERÊNCIAS

- AURÉLIO N, O.P.; SOARES, P.H.S. As fazendas de confinamento na reestruturação produtiva da pecuária de corte em Goiás. **Sociedade e Território**, Natal, vol. 27. Edição Especial, p. 168-188, set. 2015.
- BARZEL, Y. **Economic Analysis of Property Rights**. 2º edition (reprinted 2005). New York. Cambridge University Press. 1997.
- BATALHA, M.O. **Gestão Agroindustrial**. Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 3ª ed. São Paulo, Atlas. 2007.
- BUAINAIN, A.M.; BATALHA, M.O. **Série Agronegócios: Cadeia Produtiva de Carne Bovina**. Revisão de Valdineia Pereira da Silva. Vol. 8. Brasília, IICA: MAPA/SPA, 2007. 86p.
- COASE, R.H. The Nature of the Firm. **Economica**, New Series, v.4, n.16, Nov/1937, p.386-405.
- DAVIS, J.H.; GOLDBERG, R.A. A Concept of Agribusiness. **Division of Research**. Graduate School of Business Administration. Harvard University, Boston, 1957.136p.
- FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DE GOIÁS. 2015. **Pesebem**. Disponível em: <<http://sistemafaeg.com.br/pesebem>>. Acesso em: julho de 2017.
- GAGLIANO, P. S. **Algumas considerações sobre a Teoria da Imprevisão**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/pt-br/conteudo/algumas-considera%C3%A7%C3%B5es-sobre-teoria-da-imprevis%C3%A3o>>. Acesso em: novembro de 2019.
- GOLDBERG, R. Agribusiness Coordination: A System Approach to the Wheat, Soybean, and Florida Orange Economies. **Division of Research**. Graduate School of Business and Administration. Harvard University, 1968. 256p.
- INSITUTI BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Agropecuária Municipal**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas>>. Acesso em: novembro de 2019.
- INSITUTI BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Trimestral do Abate de Animais**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/abate/tabelas>>. Acesso em: novembro de 2019.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Plano Mais Pecuária**. Assessoria de Gestão Estratégica. 1ª Edição. Brasília: MAPA, 2014. 32p.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Comexstat**. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Acesso em novembro de 2019.

- NEVES, M.F. **Um Modelo para Planejamento de Canais de Distribuição no Setor de Alimentos**. 297p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1999.
- NORTH, D. Transaction Cost, Institutions, and Economic Performance, **An International Center for Economic Growth Publication**, San Francisco, n.30, 1992. p.5-32.
- OTTO, I.M.C. et al. **Construindo Juntos o Futuro do Agronegócio em Goiás: Cadeia Produtiva de Carnes e Couro Bovino**. Revisão de Dehovan Lima. 1ª ed. Goiânia, FIEG, 2012. 180p.
- RIBEIRO, K. Arroba do boi mais cara. **Campo**, Ano XIV, p.15-17, set.2015. Especial para Revista Campo.
- VILPOUX, O. F.; OLIVEIRA, E. J. Instituições informais e governança em arranjos produtivos locais. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.85-111, 2010.
- WILLIAMSON, O. Transaction Cost Economics, in **Handbook of Industrial Organization**, Elsevier Science Publishers v. 1, 1989. p.135-182,
- ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de Governança e Coordenação do Agribusiness: Uma aplicação da Nova Economia das Instituições**. 1995. 239f. Tese (Livre Docência) – Departamento de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo.